

# RESENHAS

**O TRABALHADOR ESTUDANTE: um perfil do aluno do curso superior noturno**  
MARILIA PONTES SPÓSITO (coord.)  
São Paulo, Loyola, 1989. 140p.

O ensino superior noturno (principalmente aquele do qual se encarregam as escolas particulares), classificado como reduto dos "alpinistas educacionais" ou dos "favoritos degradados", tem sido muitas vezes analisado por pesquisadores instalados do "lado de fora" das instituições investigadas. Essa característica pode emprestar a esses estudos uma certa nuance fatalista: constatadas as condições econômicas, sociais e políticas que possibilitaram a expansão desses cursos, as características e as necessidades mais concretas da clientela, os objetivos freqüentemente mercantilistas dessas faculdades e, principalmente, muitas vezes, a falta de preparo e de compromisso dos professores, restam apenas as denúncias das desigualdades geradas pela sociedade capitalista e da sua reprodução no microcosmo escolar. Assim, as conclusões dessas pesquisas podem trazer um travo pessimista, mesmo que, sob o ponto de vista teórico, os investigadores apostem na estrutura contraditória do aparato escolar, que tanto funciona como instrumento ideológico do Estado quanto deixa brechas para uma educação mais efetiva dos trabalhadores.

Nesse sentido, o estudo descrito no livro em questão constitui uma estimulante exceção. Realizado por sete professores da própria instituição focalizada, revela não só a competência profissional do grupo, como seu compromisso político de trabalhar na linha de frente para a geração do que chamam de "antiproduto da reforma universitária de 1968".

O capítulo inicial retoma as análises das relações entre escola e sociedade e, essencialmente, endossa as teses de Gaudêncio Frigotto quanto ao caráter contraditório da prática escolar, que "tende a mediar os interesses do capital, mas, ao mesmo tempo, pode articular os interesses das classes trabalhadoras contra o capital".

Mas é a partir do 2.º capítulo, quando se esboça o perfil do aluno pesquisado, que a agudeza do estudo se desenvolve. Um bom exemplo desse processo é a discussão sobre as relações entre lazer e cultura, feita com base em depoimentos dos estudantes. Desvendando a inserção epidérmica dos jovens no domínio da cultura de massa, os professores-pesquisadores também mostram como e por que as relações dos alunos com a cultura universitária tendem a ser exteriores e passivas.

Pode-se até não concordar com os autores quando identificam (p.47) a postura consumista dos jovens frente à cultura com a descrição clássica de Hegel a respeito da aquisição do conhecimento, uma vez que o mestre alemão valorizou tanto a reverente transmissão da herança cultural acumulada quanto a apropriação ativa e produtiva desse patrimônio historicamente construído. Ainda assim, a análise, principalmente com o apoio de conceitos de Adorno e Horkheimer, fornece interpretação muito elucidativa dos depoimentos dos estudantes com relação à produção cultural.

Por outro lado, o ponto nevrálgico do estudo, ou seja, a interseção entre trabalho e escola, conta com uma riqueza de dados que delinea muito bem as duas esferas em que se movem os sujeitos da pesquisa. No bojo dessa discussão, ganha relevância a questão da não-participação política dos jovens, tanto no âmbito profissional como na escola.

Adicionalmente, no quadro geral dos valores expressos pelos alunos, há uma interessante comparação com o estudo de Marla Alice Foracchi, realizado com universitários na década de 60: enquanto a dependência econômica da família não impedia que aqueles jovens assumissem uma posição crítica quanto aos valores transmitidos, inversamente os trabalhadores-estudantes agora inqueridos não revelam autonomia com respeito à tradição da estrutura familiar.

O livro termina com um valioso apêndice, onde João Adolfo Hansen analisa amostra das redações dos estudantes e fornece importante exemplo de avaliação de "textos no contexto". Neste momento, em que há uma revalorização da avaliação descon-

textualizada e formal, o estudo do professor Hansen pode trazer subsídios para a discussão dos pressupostos dos diferentes modelos avaliativos da expressão oral e escrita de nossos alunos.

Entre as conclusões a que chegam os professores-pesquisadores, podemos destacar aquela em que afirmam terem aprendido que o aluno não está "perdido" e que seu trabalho junto a ele "vale a pena".

Nesse sentido, parece-me que os autores ficam ainda nos devendo uma ampla divulgação de sua atuação pedagógica no curso noturno da Faculdade Medianeira. Por outro lado, tendo a pesquisa focalizado os alunos que se iniciavam no ciclo básico, poderia ser importante ouvi-los posteriormente, como concluintes dos respectivos cursos. Naturalmente, esta sugestão nada tem em comum com uma visão linear do processo educativo, numa busca vã de causas e efeitos. Entretanto, a composição do complexo mosaico formado pelas vivências dos trabalhadores-estudantes poderia ser enriquecida pela análise de seus depoimentos após sua experiência de vida acadêmica; experiência essa sem dúvida marcada pelo trabalho de um grupo de professores seriamente comprometido com a educação efetiva da classe trabalhadora.

*Dagmar Zibas*

#### **A PRÉ-ESCOLA EM SÃO PAULO (1877 a 1940)**

TIZUKO MORCHIDA KISHIMOTO

São Paulo, Loyola, 1988.

[Coleção Educar, 9]

Questões suscitadas pelo debate atual sobre a pré-escola e sua incorporação ao sistema de ensino brasileiro motivaram uma alentada e impecável pesquisa sobre os primórdios das instituições voltadas para o atendimento das crianças pequenas. Essa volta às origens resultou numa tese de doutoramento, de-

fendida na Faculdade de Educação da USP em 1986, e no livro agora publicado, que nos oferece uma preciosa reconstituição deste processo histórico.

A evolução da pré-escola paulista é minuciosamente esquadrihada a partir do levantamento exaustivo de entidades que se dedicaram à educação infantil, da consulta a seus arquivos; da revisão da legislação do período, da leitura dos anais da Câmara de deputados; dos jornais da época; e da realização de entrevistas com pessoas que vivenciaram este processo enquanto professores, ou alunos. Esta farta documentação, que permanecia praticamente inexplorada, permite uma descrição pormenorizada dos objetivos, clientela, funcionamento, orientação pedagógica, natureza das entidades mantenedoras dos diferentes tipos de instituições rastreadas até 1940 (asilos, creches, jardins de infância e escolas maternas), assim como suscita uma análise fina e uma discussão argumentada do significado mesmo dessa diferença.

Um panorama do processo de implantação de estabelecimentos de educação infantil nos Estados Unidos e na Europa, no século XIX, permite situar a análise do atendimento em São Paulo numa perspectiva comparativa.

Ao retratar o histórico da educação pré-escolar, Kishimoto constata a existência de duas trajetórias claramente diferenciadas: uma, a das creches (e naturalmente também a dos asilos) que, destinadas à infância desválida, têm precipuamente a função de guarda e nenhum propósito educativo; outra, a dos jardins de infância, destinados a uma elite esclarecida disposta a experimentar inovações pedagógicas na educação de seus filhos. Entre essas duas trajetórias mais nítidas, a escola maternal teria desempenhado um papel de passarela ou de transição, na medida em que, apesar de ter surgido como instituição meramente assistencial, vai adquirir, a partir da década de 20, um caráter híbrido, misto de assistencial e educativo. Para a tristeza de Kishimoto, a proposta de Froebel — que visava inovar a educação popular — sofre no Brasil uma inversão (aqui as idéias estão constantemente "fora do lugar"... ) em razão de preconceitos de classe que negavam caráter